

1. Escola no centro da rede de proteção social e a criação de novos possíveis no município de São Paulo: o caso do NAAPA

Flávia Schilling¹

Carla Biancha Angelucci²

Uma rede tecida de histórias

Digamos sim ao que chega, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de toda identificação, quer se trate ou não de um estrangeiro, de um imigrado, de um convidado ou de um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de um outro país, um ser humano, animal ou divino, um vivo ou um morto, masculino ou feminino (DERRIDA, 2002, p. 69)

São crianças e adolescentes de muitos lugares: vêm a pé, de carro e de ônibus. Vêm do abrigo, da casa da avó, da rua, do CAPS I,³ de ninguém-sabe-onde. São crianças também de muitas histórias: de precariedade, resistência, violência, vínculos intensos, marcas no corpo, sofrimentos vários, descobertas muitas, lutas mais ainda. Vivem em companhia de adultos(as); em conflito com eles(as), fugindo deles(as), correndo para eles(as). São nossos(as) estudantes da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Somos nós os(as) adultos(as) responsáveis por tecer uma rede

1 Socióloga, Professora do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Coordenadora da formação para o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem – NAAPA.

2 Psicóloga, Professora do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Coordenadora da formação para o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem – NAAPA. Endereço eletrônico: b.angelucci@usp.br.

3 Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil.

que visa à sua proteção, ao seu acolhimento; sobretudo, ao seu desenvolvimento. Uma rede que se tece cotidianamente, com urdidura, trama e também com espaçamentos e esgarçamentos.

Este texto aborda a produção dessa rede de proteção social desde um lugar específico: o lugar dos(as) profissionais do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem – NAAPA, ou seja, desde uma equipe multiprofissional de educadores(as), que contribuem para que as escolas possam agir cada vez mais efetivamente na produção de um território que cuida de sua infância e adolescência.⁴

Há muitas experiências de equipes multiprofissionais atuando na Educação, pois não se trata de demanda nova. Basta recorrermos ao Projeto de Lei P3688/00 e Projeto de Lei Complementar 60/07, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Assistência Social nas escolas públicas de educação básica, tramitando desde o ano 2000. Poderíamos ainda elencar, tão somente em nível federal, outros dezessete projetos de lei⁵ que propõem a presença de profissionais de Psicologia, Psicopedagogia, Enfermagem e outras áreas na Educação. Assim, não se trata de demanda nova a constituição de equipes que possam contribuir para a consecução do projeto educacional.

4 Agradecemos a Luís Fernando de Oliveira Saraiva pelo empréstimo generoso da expressão aqui utilizada.

5 PL 7307/14 – Prevê sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino; PLS 251/14 – Programa de Prevenção à Violência nas Escolas; PL 8013/14 (PL 1543/15)- Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica; PLS 557/13 - Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação; PDS 460/13 - Convoca plebiscito para consultar sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica; PL 4533/12 (PL 4212/04) - Altera a LDB, para exigir nas Universidades percentagens de doutores e mestres e docentes em tempo integral; PLC 18/12 e PL 838/07- Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica; PL 1011/11 (PL 1494/11; PL 1573/11; PL 3686/15 - Desarquivados) - Define o crime de Intimidação Escolar no Código Penal; PLS 228/10 e PL 1785/11 - Altera a LDB, para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e prevenção e combate ao bullying; PLS 414/08 e PL 6755/10-- Altera a redação da LDB, dispondo sobre a educação infantil até os 5 anos e o ensino fundamental a partir desta idade; PEC 13/07- Garante aos alunos de ensino fundamental e médio atendimento por equipe de avaliação formada por Psicólogos e Assistentes Sociais; PL 7500/06 e PLC 76/11 – Altera a LDB, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica; PL 434/99 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis no 1º e 2º graus e nos cursos de formação de professores; PL 1616/11 (PL 2527/15) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional de enfermagem nas creches e escolas de educação infantil; PL 831/15 (PL 4209/15) - Obrigatoriedade na realização gratuita de testes vocacionais aos alunos matriculados no 3º ano do ensino médio; PL 7646/14 (PL 209/15) - Institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino.

O NAAPA vem, portanto, constituir-se em uma proposta inovadora para atender a um antigo pleito da comunidade escolar. Primeiramente, situa-se ética e politicamente como um programa da Educação, composto por profissionais da Educação e que referem suas práticas e seus sentidos aos objetivos educacionais. Portanto, não se identificam como profissionais da Saúde que se articulam com a Educação. São fonoaudiólogos(as), psicólogos(as), assistentes sociais, psicopedagogos(as), que se remetem a Educação para apoiar e acompanhar processos ensino-aprendizagem. Embora a literatura da área já apontasse para essa necessidade de inflexão das equipes multiprofissionais (VIÉGAS, ANGELUCCI, 2006; SOUZA, 2010), poucas são as experiências em curso que se propõem a organizar o trabalho nessa perspectiva.

A experiência de efetivação de tal proposta carrega muitas dimensões de inovação, afinal, não há, em princípio, respostas prontas ao desafio colocado: trata-se de ação em processo, de exercício de uma construção de um saber coletivo sobre como produzir essa rede de proteção e garantir o direito a que aconteça o encontro entre aqueles/as que ensinam e aqueles/as que aprendem. Pois é nisso que se constitui o desafio do NAAPA: de um encontro possível em torno do direito de termos acesso a tudo aquilo que é patrimônio da humanidade.

Não há, assim, respostas ou caminhos prontos: as estratégias de atuação das equipes do NAAPA têm sido construídas coletivamente, são traçadas de forma participativa com todos(as) os(as) seus/suas parceiros(as): nas formações, no chão da escola, nos grupos de trabalho, nos contatos com as instituições da saúde, da assistência social, com os grupos que habitam o território da escola. Vozes, coletivos, mobilizados em torno da ideia, há tanto tempo buscada, da realização do direito à educação para todos e todas.

Assim como há uma história que habita e percorre cada criança, em cada professor(a), em cada escola, em cada bairro, há uma história das tentativas e esforços em cuidar, proteger, garantir direitos das crianças e adolescentes. Uma dessas histórias é a do direito à educação. Quem pode ser educado(a)? Quem pode educar? Quando educar? Como educar? Para que fins educar? Estas são perguntas que percorrem a história do direito à educação nos tempos modernos, há mais de um século e até hoje.

Inicialmente um direito para poucos, apenas para os meninos... depois as portas das escolas vão se abrindo, claro que, em muitos países, até hoje, muito lentamente. Mas as meninas podem estar nas salas das escolas, nas universidades. Primeiro, foi um lugar para aqueles(as) que podiam pagar, que tinham condições socioeconômicas. Depois, lentamente, foi universalizando seu alcance.

Temos duas histórias sendo contadas: a do direito ao acesso à educação, história que só recentemente se universaliza no Brasil, e a do direito à permanência na escola. Acesso e permanência, partes indissociáveis desse direito à educação que se universaliza no Brasil. Quem pode estar na escola? Quem e como se permanece na escola, participando do direito? O que fazer com aquele(a) que aparece como o(a) diferente se todos e todas podem estar, agora, na escola? A discussão sobre “qualidade do ensino” tem a ver com a permanência, sobre o que podemos fazer com todos e todas que estão conosco tantos anos e tantos dias e tantas horas nesse lugar tão especial chamado escola.

Há uma história cercando uma figura tão importante quanto a do(a) aluno(a), a figura do(a) professor(a): não há como existirem alunos(as) sem professores(as) e não há como existirem professores(as) sem alunos(as). Primeiro, são os homens os que ocupam esse lugar, o lugar do Mestre. Depois, são as mulheres. São as Escolas Normais, os Institutos de Educação, as Faculdades de Pedagogia, os tempos que mudam e que exigem a formação de cidadãos e cidadãs democráticos/as, e as dúvidas que nos cercam sobre o quê ensinar, como ensinar, quando ensinar.... Quais os fins da educação, quais os meios para atingir os fins, quais os saberes que importarão: e se pede cada vez mais à escola! O que é ser professor hoje? É, com certeza, ocupar um lugar difícil. É, com certeza, ocupar um lugar primordial, pois são pessoas que estão na escola, com suas histórias realizando o direito à educação. Pela primeira vez na história do país.

É uma história, assim, que diz respeito a uma lenta construção de direitos. É uma história de lutas e de muitos(as).

Retomamos a pergunta inicial: como fazer para que este direito se realize, como criar uma rede de proteção em torno do direito a aprender, da qual participa, como figura central, o(a) professor(a)?

Este texto circula, portanto, por eixos formados por algumas perguntas que regem a atuação do NAAPA, a partir do princípio da garantia do direito à educação.

O que ordena o trabalho de uma equipe multiprofissional no terreno educacional? Em que consiste um território que cuida? Que posição a escola pode ocupar nessa produção? Que relação mantém o fortalecimento de um território que cuida de sua comunidade com as tantas situações complexas que vivemos na escola e que, tantas vezes, implicam absenteísmo, baixo desempenho, não pertencimento?

Essas quatro questões constituem os fundamentos do trabalho do NAAPA e são enfrentadas aqui, à luz das situações complexas narradas pelas treze equipes que atuam nas diferentes Diretorias Regionais de Educação de nosso município.

A equipe multiprofissional no terreno educacional

Os poderes é que são fragmentados; o mundo, teimosamente, não o é. As pessoas permanecem multifuncionais e as palavras, polissêmicas. (...) as pessoas se tornam multifuncionais por causa da fragmentação das funções; as palavras se tornam polissêmicas por causa da fragmentação dos significados. (BAUMAN, 1999, p. 21)

O Município de São Paulo já contou com a presença de psicólogos(as) na Secretaria de Educação, criado como projeto piloto, em 1975, com vistas à orientação em âmbito profilático, como afirma Taverna (2003). Criava-se, assim, o Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com a Divisão de Assistência Médica e o Serviço de Psicologia Escolar. Tais profissionais trabalharam transformando concepções e práticas até o início do governo Jânio Quadros, em 1986, que operou intenso desmantelamento do que havia sido construído, inclusive, com destruição de documentos. Nesse governo, os(as) psicólogos(as) foram inseridos na Divisão de Assistência Médica, cuja finalidade era “desenvolver programas de merenda escolar, oferecer assistência médica, odontológica e psicológica às crianças e adolescen-

tes das escolas, no desenvolvimento e aplicação de técnicas adequadas à prevenção de anomalias físicas ou mentais” (Decreto n. 21.862/86 apud Taverna, 2003, p. 75).

Mesmo assim, houve a organização de espaços de resistência, que propusessem a continuidade da contribuição desses(as) profissionais aos processos de alfabetização e ao desenvolvimento de orientações a docentes sobre temas de interesse (orientação sexual, agressividade, aspectos da adolescência, características do alunado da Educação de Jovens e Adultos...). Porém, em 1987, o Departamento foi transferido para a Secretaria de Saúde e, assim, encerra-se o projeto de haver lugar na Educação para que equipes multiprofissionais pudessem apoiar o processo educacional.

Trazemos estes aspectos para a discussão, pois importa conhecer a história da própria Secretaria e sua relação com equipes multiprofissionais. Desde o início da década de 1980 até a sua metade, buscou-se criar condições para que as equipes multiprofissionais se constituíssem como apoio aos processos educacionais, sobretudo, em relação à alfabetização e a aspectos da convivência escolar. Tais construções, sempre com caráter investigativo e de constante transformação, foram abruptamente interrompidas e remetidas a uma lógica reducionista e patologizante. As equipes passam a ser compreendidas como responsáveis pelo desenvolvimento de processos preventivos ou curativos, voltados ao atendimento de um público portador de “anomalias”, como referia o Decreto.

Isso acontece apesar de a Carta de Ottawa, elaborada em 1986, ressignificar o conceito de saúde e enfatizar a promoção de saúde:

A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global. (BRASIL, 2002, p.19).

Assim, ressaltamos que, nem se concebida como ação do campo da Saúde, estaria justificada tal perspectiva preventiva e curativa, por intermédio de ações individuais com os estudantes.

Desde os anos 1980, portanto, com intensa produção acadêmica sobre o cotidiano escolar e os desafios à garantia do acesso e a permanência com qualidade para todos e todas, a discussão sobre a contribuição de equipes multiprofissionais no campo educacional tem sido retomada. Amplo debate sobre o que seria função de tal equipe tem sido feito desde então e alguns importantes marcadores têm se instituído. Citamos aqui os que tomamos como orientadores na construção do trabalho do NAAPA:

- A equipe multiprofissional não se constitui como miniequipe de Saúde no campo educacional. Como parte da política pública, o NAAPA entende que a garantia do direito à saúde exige ações complexas e integradas, cuja oferta está organizada a partir do Sistema Único de Saúde – SUS. Desconsiderar sua existência ou criar um sistema paralelo seria prestar um serviço de má qualidade, posto que nunca teria o nível de complexidade e abrangência de uma política pública instituída; seria também esvaziar a finalidade da Educação e o sentido específico da atuação profissional para a promoção desse direito, posto que o conjunto de profissionais não estaria voltado aos processos educacionais, mas aos processos de saúde; por fim, seria hierarquizar direitos, posto que, nessa lógica, se partiria da concepção de que, primeiramente, deve-se garantir o direito à saúde para, depois e em segundo plano, garantir o direito à educação.
- Os saberes da equipe multiprofissional não podem se constituir em hierarquia em relação aos saberes docentes. Trata-se, dessa maneira, de compor, de maneira solidária e respeitosa, experiências, conhecimentos e tecnologias advindos de diferentes áreas do conhecimento, de distintos lugares institucionais, e que, por isso, carregam a potência de produzir inflexões nos modos de perceber, pensar e agir coletivamente diante das situações educacionais, sempre tão complexas.
- O trabalho da equipe profissional deve caracterizar-se como apoio ao trabalho docente, respeitando o protagonismo da comunidade escolar e promovendo a ação coletiva de educadores(as), estudantes, familiares e outros(as) agentes sociais que habitam o território. Assim, não se trata de uma ação

isolada e a partir da posição simbólica de especialista, que sabe e pode mais sobre o outro, mas da contribuição de uma equipe que fortaleça e articule tanto os espaços coletivos de produção da vida escolar, quanto a rede de proteção social que deve sustentar e proporcionar condições de vida digna para crianças e adolescentes.

- Por fim, cabe-nos enfatizar a posição de que o coletivo é a mais significativa instância para a ação educativa. Assim, o trabalho do NAAPA compromete-se com uma ética dos encontros. Encontros em que diferentes vozes e versões possam se fazer presentes, produzindo efeitos sobre todos(as) e cada um(a) dos(as) participantes. Nesse mesmo sentido, partilhamos de uma concepção que reconhece, na experiência coletiva, o contexto necessário para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, sempre tomado como oferta marcada histórica, social e culturalmente.

Um território que cuida

O trabalho do NAAPA considera o território como o espaço que habitamos, não como um contorno geográfico que delimita deslocamentos. É, assim, o espaço de produção de vida coletiva, de produção de redes de conhecimento, e também de conflitos, de enfrentamento e disputa. Convida a sair, a ocupar a rua, o pedaço e também convoca a se fechar em casa, no trabalho, na escola.

Abriga algo que pode ser chamado de “comunidade”, com um potencial de produção de laços, de apoios, de suportes. Há espaços para a ação, para a convivência, mesmo que entremeada de dificuldades.

Um dos desafios do trabalho é constituir uma rede, da qual a escola é o ponto nodal, com organizações formais e não formais que estão no território da escola. Este é o desafio: produzir um território que cuida.

Porém, como constituir a rede? Trata-se de um trabalho incessante, incansável e com pouca abrangência, em muitos casos. Há parceiros que podem auxiliar em uma determinada questão, outros em outras, alguns apenas um pouco, outros mais. Todas as variáveis são possíveis. Cabe

mencionar que esta rede nunca é sólida. Sempre é preciso atar os nós que foram se desatando. Se estiver excessivamente apoiada em ONGs, estas dependem de patrocínios, financiamentos, não têm uma equipe muito estável. Conselhos, defensoria, estão superlotados, há prazo de espera. Pessoas individuais têm seu limite de atendimento, no caso de uma rede de apoio terapêutico. Há experiências que integraram setores governamentais e nestas, é sempre preciso estar atento à qualidade dos acordos e encontros.

Se a rede da sociedade civil ou de outras organizações governamentais se mostra frágil, necessitando ser constantemente refeita e exigindo uma dedicação de parte da equipe para esse trabalho, é, talvez, pensar o NAAPA como uma experiência inovadora de uma política pública integrada, multiprofissional, que consiga dar conta das diretrizes das normativas internacionais⁶ que nos dizem que os remédios para as graves violações de direitos humanos e de direito internacional humanitário incluem: (a) os direitos da vítima de acesso à justiça de forma igualitária e efetiva; (b) o direito a adequada, efetiva e célere reparação dos danos sofridos; e (c) o acesso a informações relevantes concernentes às violações e aos mecanismos de reparação.

Como expressão da importância dessas articulações no trabalho do NAAPA, destacamos uma das várias situações acompanhadas pelas equipes:

Realizamos diversos contatos com o Conselho Tutelar, para entender o histórico de acompanhamento e verificar quais ações foram realizadas em relação ao educando. Percebemos que havia intenção de encaminhamento para a Vara da Infância, a fim de propor a perda do poder familiar. Soubemos também que houve algumas ações articuladas com o CREAS.⁷ Retomamos o contato com este equipamento, que solicitou relatório atualizado pela escola. Também dialogamos com o CAPS I, que informou as dificuldades da participação da criança nas atividades. Com isso, buscamos também o contato com a psicóloga que vinha acompanhando-o e que nos informou sobre o tratamento e as intervenções realizadas. Além das articulações

6 Resolução 60/147, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 2005 - Princípios e Diretrizes Básicas sobre o Direito das Vítimas de Violações das Normas Internacionais de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário a Interpor Recursos e Obter Reparações.

7 Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

junto à rede de proteção social, foram feitos diversos contatos com a equipe gestora da escola e com a professora, propondo ações que pudessem favorecer o processo de escolarização do educando. Conversamos ainda sobre a situação observada em sala de aula, as atividades propostas e as estratégias que poderiam auxiliar em suas dificuldades. Dialogamos sobre as potencialidades do educando e a importância de ressignificar suas experiências no âmbito educacional (Situação acompanhada pela equipe do NAAPA).

A escola como parte de um território que cuida – o lugar do NAAPA

Homens do passado pensando no futuro, vivendo no presente

Há três tipos de gente

Os que imaginam o que acontece

Os que não sabem o que acontece

E nós que faz acontecer

O bolo, guacê

Unidos a gente fica em pé

Dividido a gente cai

Quem falha cai

Um biribaibaibai

(SABOTAGE, 2000)

Os desafios tratados que orientam as ações do NAAPA refletiram uma determinada compreensão da complexidade da instituição escolar em suas relações com o território, a cidade, o Estado. Não haveria, portanto, possibilidades de intervenção-transformação-fortalecimento das relações estabelecidas no cotidiano escolar sem levar em consideração essa complexidade. Algumas dimensões e princípios que nortearam as ações foram os seguintes:

A escola está na cidade. Discutiu-se a escola como um bem público, que representa um lugar de interlocução e de desenvolvimento local,

com uma história e uma contribuição. Desta constatação surgem estratégias que dizem respeito à participação de diversos parceiros locais, de acordo com os projetos que se desenvolverão.

A escola está em um sistema de educação. Não é uma instituição isolada, pertence a um sistema com determinadas normas e regras. Não tem autonomia total para mudanças, depende de um bom relacionamento com os demais níveis hierárquicos. Muitos dos problemas detectados no cotidiano escolar derivam das regras gerais de funcionamento do sistema. Este é, portanto, um dos pontos a ser considerado no desenvolvimento de estratégias de intervenção.

A escola é um espaço de encontros (e de conflitos) entre gerações, entre profissionais de diferentes especializações e hierarquias, entre diferentes visões sobre educação, sobre ensinar e aprender. As relações entre equipe de direção e professores, professores e alunos, alunos, professores, direção e demais funcionários, alunos entre si, professores entre si, são, desta forma, um ponto central das estratégias de intervenção que visaram à compreensão da possibilidade do fazer educativo sem violência, a partir do tratamento dos conflitos, constituintes deste fazer. Partimos do princípio que o que define uma democracia ou uma instituição democrática não é necessariamente o consenso, mas a possibilidade de lidar com o dissenso de forma não violenta. Daí a orientação geral, seguida pelas equipes do NAAPA, de refazer (ou construir) possibilidades de encontro e interlocução entre profissionais, estudantes e familiares. Entendemos que o trabalho incide, prioritariamente, no fortalecimento da equipe escolar, contribuindo na elaboração de propostas de ações pedagógicas para o enfrentamento das situações complexas vividas no cotidiano escolar.

Trata-se de atuar na ampliação das possibilidades de diálogo entre os diversos setores da escola e da escola com setores da comunidade local, quebrando o isolamento que cerca a escola. Dirigentes, equipe gestora, professores(as), educandos(as), trabalhadores(as) da educação, familiares, setores da sociedade civil, todos e todas são chamados a se posicionar em defesa da escola, na construção de uma escola democrática e inserida no desenvolvimento local, regional e nacional. Esta rede de cultura permite uma primeira superação da sensação de isolamento dos diversos setores que compõem a instituição escolar. Fundamental é a presença

de organizações da sociedade civil, de representantes da Diretoria de Educação participando e apoiando as ações, as famílias e os encontros entre as escolas participantes, trocando experiências.

Compreendemos a escola como parte da rede de proteção, uma instituição que ocupa, geográfica e simbolicamente, lugar na vida da comunidade. Famílias, gerações, trabalhadores(as) da região, criam histórias, produzem sentidos para uma/a/esta escola, neste tempo da vida. As famílias depositam expectativas sobre a ela que suas crianças e adolescentes frequentam. Na produção dessa narrativa, utiliza-se da história escolar daqueles(as) que vieram antes, do que se fala sobre esta instituição educativa na comunidade, do que a ela faz com o que sabe da história de uma criança ou adolescente.

E, centralmente, trabalhamos com o pressuposto da função central da escola, como agente da produção de situações complexas de aprendizagem.

A escola como um bom lugar

NA FUNDAÇÃO CASA...

Quem gosta de poesia?

-Ninguém, senhor.

Aí, recitei Negro drama, dos Racionais.

- Senhor, isso é poesia?

-É.

-Então nós gosta.

É isso.

Todo mundo gosta de poesia.

Só não sabe que gosta.

(SERGIO VAZ, s/d)

As equipes do NAAPA partem do reconhecimento dos problemas maiores, estruturais e organizacionais, sociais e econômicos existentes, mas centram-se nas ações possíveis, naquelas que estão ao alcance de todo cidadão. Estas ações possíveis, propostas de dentro da escola, com

os grupos que se dispõem a mudar a escola e sua convivência, podem ser pequenas ou humildes ações. Basicamente trata-se de desenvolver uma cultura de “potência” que se opõe à impotência ou à onipotência, da criação de “pontes”, diálogos, encontros entre as diversas pessoas da instituição.

Por meio dos relatos sobre o educando, percebemos que ele tinha o desejo de ser “visto” de maneira particular, resgatar sua identidade, já que em todos os momentos de sua vida, inclusive na instituição de acolhimento em que residia, estava vivendo o coletivo. Todas as crianças vivenciam na escola o sentimento e o pertencimento coletivo, mas ao retornarem a seus lares, encontram a singularidade de serem reconhecidas com exclusividade. Este educando só tinha esse sentimento quando fugia, pois nesse caso, recebia atenção exclusiva, era chamado pelo nome e mobilizava todos, profissionais da escola e de outros serviços da comunidade, gritando seu nome, buscando-o. (Situação acompanhada pela equipe do NAAPA).

Assim, pretendemos menos recuperar histórias individuais, para nelas encontrar as razões do não aprender, e mais produzir narrativas singulares em que os sujeitos se encontrem na cena pública, reconheçam seus pertencimentos a uma vida que se produz coletiva e, portanto, historicamente. Aí, então, autores(as) de suas histórias que encontram tempo e lugar no campo social podem protagonizar, conjuntamente, a escrita de outras narrativas. Nem harmônicas, nem fictícias. Narrativas possíveis sobre o encontro de sujeitos concretos, marcados por seu tempo, sua cultura, sua família, seus desejos, seus/suas professores(as), com o patrimônio cultural que elegemos compartilhar de maneira sistemática e intencional na escola.

Pensando na criança e no(a) adolescente, como “estrangeiros(as)” que estão chegando ao mundo, talvez possamos pensar que a escola justa, a escola que realiza direitos, que se importa com o direito à educação (à palavra, singular e de todos), a escola justa seria uma escola regida pela hospitalidade:

entre os graves problemas de que tratamos aqui, existe aquele do estrangeiro que, desajeitado ao falar a língua, sempre se arrisca a ficar sem defesa diante do direito do país que o acolhe ou o que o expulsa; o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever

de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua polícia, etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua, é a imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-lo entre nós? Se ele já falasse nossa língua, com tudo o que isso implica, se nós já compartilhássemos tudo o que se compartilha com uma língua, o estrangeiro continuaria sendo um estrangeiro e dir-se-ia, a propósito dele, em asilo e hospitalidade? (DERRIDA, 2003, p. 15)

Aqui reside boa parte do desafio e da inovação do NAAPA, ao recusar antigos discursos e antigas palavras e propor um trabalho coletivo, participativo, de conexões e escuta para, quem sabe, escrever novas palavras.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As cartas da promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX**. *Revista USP*, São Paulo, n.37, p. 46-57, mar./maio 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Obras-recentemente-publicadas/a-lenta-construcao-dos-direitos-da-crianca-brasileira-seculo-xx-1998.html>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SABOTAGE. **Um bom lugar (faixa 3)**. In: Rap é Compromisso. São Paulo: Racionais MC's e Helião, Álbum de estúdio, Gravadora Cosa Nostra, 2000.

SCHILLING, Flávia. Inclusão/exclusão, dentro/fora: reflexões sobre a construção da ordem. In: ONOFRE, E.G.; SOUZA, M.L.G. (Org.) **Tecendo os fios da inclusão: caminhos do saber e do saber fazer**. João Pessoa: UFPB, 2008. p.15-30.

SCHILLING, Flávia. Educação em direitos humanos: reflexões sobre o poder, a violência e a autoridade na escola. **Universitas Psychologica**, Bogotá, Colômbia, v. 7, n.3, p. 685-694, 2008.

SOUZA, Marlene Proença Rebello de. **A atuação do psicólogo na rede pública de educação: concepções, práticas e desafios**. 2010. 258 f. Tese (Livre Docência)-Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TAVERNA, Carmem Silvia Rotondano. **Um estudo histórico sobre a psicologia escolar na Secretaria Municipal de Educação da prefeitura de São Paulo**. 2003. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

VAZ, Sérgio. **Na Fundação casa**. Disponível em: <http://www.bibliotecasdobrasil.com/2014/08/a-poesia-contra-violencia-do-poeta.html> .Acesso em: 12 abr. 2016.

VIÉGAS, Lygia de Souza; ANGELLUCCI, Carla Biancha (Org.) . **Políticas Públicas em Educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.